

“A CIDADE É NOSSA”: CRÍTICA SOCIAL, CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA

Luiza do Couto Gonçalves¹
Luiz Carlos de Laurentiz²
Paulo Cezar Nunes Junior³

Resumo

A discussão a respeito do que é arte e qual o seu papel na sociedade é complexa, e precisa ser refletida a partir de seu sentido sócio-político. O foco deste trabalho está colocado neste lugar de resistência, uma vez que investiga o valor da arte enquanto força crítica, que impulsiona discussões relevantes para a sociedade e é necessária para despertar questionamentos e mudanças. Partindo da montagem cronológica de alguns casos que envolvem censura, arte e crítica social, pretende-se abordar e documentar o episódio ocorrido em Franca, interior paulista, com o encerramento abrupto e autoritário da exposição: “A cidade é nossa”. A mostra, realizada em 2019 por um grupo de grafiteiros da cidade, chamado “Os baixa renda”, propunha uma discussão a respeito do olhar do grupo para a cidade, para grafiteagem e para outras questões atuais, como a relação entre sociedade e polícia.. Através de entrevista realizada com o estagiário/curador responsável pela exposição, pretende-se documentar o acontecimento, contribuindo para as discussões sobre censura e relações existentes entre arte e autoritarismo.

Palavras-chave: Arte-urbana; liberdade de expressão; autoritarismo; censura.

Introdução

Há muito tempo obras de arte deixaram de ser vistas apenas como uma expressão estética, Tiburi (2017) coloca que “desde que Marcel Duchamp criou sua “Fontaine”, a preocupação com o que é arte tornou-se um problema social” (TIBURI, 2017a) ou, como sugere Rancière, uma questão profundamente imbricada com o fazer político (RANCIÈRE, 2009). Por esta via, a experiência artística pode ser complexa e crítica, expandindo seu alcance para questões sociais e econômicas, questionando de maneira potente as diversas esferas que compõem a realidade. No entanto, quando isso acontece, muitas pessoas, que ainda interpretam as artes segundo um viés moralista mais restrito, podem despertar um sentimento de ódio e rejeição em relação à obra, no

¹Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES. E-mail: goncalvesluiza@gmail.com.

²Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Pós-Graduação da mesma Faculdade. E-mail: ludelaurentiz@gmail.com.

³Docente em dedicação exclusiva na Universidade Federal de Itajubá. E-mail: paulonunes@unifei.edu.br.

lugar de abrir o espaço necessário para a discussão e crítica à ideia abordada (TIBURI, 2017a). A confusão instaurada em torno dos limites do que pode ou não ser criticado têm gerado conflitos no campo da arte no Brasil, conduzindo-nos para um cenário marcado pela censura e pelo autoritarismo.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso IV: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. No artigo 220, da mesma, explicita-se que: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. O exercício da liberdade de expressão, independente da necessidade de uma prévia autorização a respeito do conteúdo que será exposto, foi garantido a partir da referida constituição, que rompeu com o passado marcado pelo autoritarismo e, deste modo, assumiu o compromisso com a liberdade de expressão e com a democracia. É importante lembrar que essa liberdade não deve preterir outras conquistas cidadãs. Mas, mesmo quando a manifestação de ideias não fere outros direitos, e ainda assim é censurada, o que isso diz sobre a nossa sociedade? Ainda que seja lei e que a Constituição de 1988 garanta o direito à liberdade de expressão, há muitos tabus, proibições e regras relativas ao que pode ser mostrado e questionado, e em quais ocasiões e contextos (TIBURI, 2017a). É nesse cenário, no qual determinados parâmetros moralistas da sociedade têm ganhado voz, que devemos ficar atentos, de modo a garantir que o direito à liberdade de expressão seja mantido.

Considerando as artes e todo o seu potencial criativo e crítico, podemos afirmar que arte e autoritarismo são dois termos contrários. Enquanto um remete à expressão livre, o outro remete ao cancelamento dessa expressão.. É importante impedir que o autoritarismo penalize as obras de arte, porque elas “dizem justamente aquilo, que por algum motivo, não se poderia dizer” (TIBURI, 2017a, p. 12), ou, ainda, que a arte é “sempre difícil e sempre imprevista, não quer agradar e consolar, quer colocar problemas, renovar a nossa percepção e o nosso modo de compreender as coisas” (ECO, 1991). A fim de questionar como esse embate tem acontecido no cenário das exposições de arte mais recentes, e como instituições e cidadãos têm se portado de modo controverso diante do papel da arte, serão apresentados alguns casos emblemáticos e/ou

importantes para a compreensão da sensibilidade brasileira a respeito da dualidade: arte *versus* autoritarismo.

Dentro dessa premissa, no dia 19 de Outubro de 2019 começava a ser exibida em Franca, interior de São Paulo, a exposição “A cidade é nossa”. A programação, divulgada pela “Casa da Cultura e do Artista Francano Abdias do Nascimento”, local da exposição, indicava que a data de finalização da mostra seria dia 22 de novembro do mesmo ano. Contudo, infelizmente, não foi o que aconteceu. Duas semanas antes, a exposição realizada pelo grupo “Os baixa renda”, formado por cerca de 35 grafiteiros da cidade, foi interrompida, somando mais um episódio de censura dentre os vários acumulados nos últimos anos. Através de uma entrevista realizadas com o estagiário da Secretaria da Cultura da época, que foi também o curador da exposição, um dos artistas do grupo “Os baixa renda” e o advogado que conduziu o caso, e disponibilizou o acesso completo ao processo, foi documentado os acontecimentos que envolveram o triste episódio.

O intuito deste trabalho é relatar o ponto de vista dos envolvidos, principalmente o estagiário/curador e o artista, com o objetivo de dar visibilidade e análise crítica ao fato ocorrido e contribuir para as discussões sobre censura, arte e autoritarismo. Para tanto, o texto está dividido em 2 partes: (i) retomada cronológica sobre casos pertinentes à história da censura brasileira e (ii) apresentação dos documentos e informações referentes à exposição “A cidade é nossa”. Por fim, com base no material apresentado, será feita uma conclusão envolvendo as questões expostas ao longo do texto como, por exemplo, liberdade de expressão e arte como crítica social.

Sobrevôo cronológico pela censura artística no Brasil

A ditadura militar brasileira foi instaurada em 1964 e durou até 1985. Durante 21 anos o país viveu em um regime marcado pelo autoritarismo, cerceamento da liberdade de expressão e episódios de censura. Com o intuito de provocar reflexões a respeito desse tema, serão expostos alguns casos que consideramos pertinentes para entender a relação entre arte, autoritarismo e censura no Brasil. O primeiro caso emblemático, ligado ao período ditatorial, foi a intervenção policial, seguida do fechamento do XIX Salão Nacional de Arte Moderna, realizado no MAM-RJ em 1970. A censura ocorreu devido às cenas de nudez da performance “O corpo é a obra”,

apresentada pelo artista Antônio Manuel. No mesmo ano, a II Bienal Nacional da Bahia havia sido fechada pela polícia por conter obras de cunho “erótico e político”; como consequência dessa ação, dez trabalhos foram confiscados na ocasião e os organizadores da mostra, presos (MATTOS, 2017).

Todo esse cenário, que foi acompanhado da exigência militar pelo controle sobre o processo seletivo dos artistas que seriam convidados para a X Bienal de São Paulo, gerou um movimento internacional de boicote à mostra, resultando na recusa e no cancelamento da vinda de delegações de vários países ao Brasil (MATTOS, 2017). A partir desse episódio, o país ficou isolado culturalmente por quase 10 anos, até 1979, “quando foi decretada a anistia política e iniciou-se o processo de abertura” (MATTOS, 2017, p.22). Esse período foi marcado por sequelas da falta de um desenvolvimento intelectual e artístico vivo, criativo e legal. Infelizmente, passadas mais de três décadas do fim da ditadura, constantemente são notificados traços de autoritarismo em exposições e apresentações artísticas recentes.

A realização das Bienais de São Paulo, por exemplo, continuam apresentando muitas questões polêmicas e controversas. Em 2002, na sua 25ª edição, duas obras chamaram a atenção em ocasião de seus cancelamentos. A primeira, de Rubens Mano, consistia em um dispositivo que conectava o dentro, espaço expositivo, e o fora, espaço público e aberto do pavilhão da Bienal. Tal proposta sugeria “uma permeabilidade totalmente horizontal e não hierárquica” (FERRAZ, 2020, p.227). Devido aos inúmeros embates entre a Fundação Bienal e o artista, a obra foi fechada e Rubens se desligou da mostra quinze dias antes dela acabar. Na ocasião, a Fundação Bienal alegou que a intervenção “expunha a instituição a uma situação de vulnerabilidade, ao franquear o acesso para o interior do edifício, sem qualquer intermediação” (FERRAZ, 2020, p. 240). A segunda, da artista turca Ayse Erkmen, nem chegou a ser exibida. Segundo notícia publicada no site da Folha de São Paulo, a artista retirou-se da mostra acusando a instituição de ter feito “censura política” à sua obra (ARTISTA..., 2002). O trabalho pretendia trazer a estética da cidade periférica para dentro da Bienal através da exibição de faixas com dizeres de moradores da favela. Contudo, a Bienal alegou que tais faixas não poderiam ser alocadas no local previamente acordado, segundo o argumento da poluição visual e da quebra de harmonia do espaço alegado por outros artistas expositores. A Bienal chegou a propor locais alternativos para a instalação da obra, que

não foram aceitos, pois, segundo Erkmen, não contavam com boa visibilidade (ARTISTA..., 2002).

Em 2006, a 27ª Bienal, que contou com a curadoria de Lisette Lagnado, buscava trazer as artes marginais e não convencionais para o espaço expositivo (ALBUQUERQUE, 2016). De maneira controversa e, de certo modo, mantendo um diálogo estético-político com a abordagem tomada na edição anterior, na 28ª Bienal de São Paulo, um grupo de pichadores da cidade invadiram o pavilhão expositivo e picharam as paredes de um andar vazio do prédio. Grafismos com frases como: “Isso que é arte” e “Abaixa a ditadura” trouxeram novamente o tema da arte de rua e das culturas marginais para o evento, mas desta vez sem o formalismo institucional. O caso foi parar na polícia militar, que deteve a artista Caroline Pivetta, envolvida na ação, gerando muitas controvérsias sobre o ocorrido. De acordo com entrevista disponível no site G1, o artista Cripta disse: “Tudo o que aconteceu depois daquela ação foi positivo. Quebramos a ditadura da arte. Desmascaramos a curadoria, que havia dito que estava aberta à intervenções urbanas, mas não permitia isso” (TOMAZ, 2010). O acontecimento se faz relevante para o presente artigo, principalmente, por trazer à tona a questão da arte de rua e pela polêmica gerada em torno da detenção da artista.

Ainda referente às Bienais, suas 29ª e 31ª edições, ocorridas respectivamente em 2010 e 2014, também envolveram casos de censura. Na primeira delas, a obra em questão foi “Bandeira branca”, de Nuno Ramos, boicotada sob a justificativa dos direitos animais por possuir um grupo de urubus junto de uma estrutura de redes montada na exposição, fazendo analogia à uma grande gaiola. Albuquerque (2016) cita em seu artigo “Censura e Transgressão na Arte Contemporânea”, várias opiniões divergentes no que tange ao fechamento da obra ter sido coerente ou não. Na Bienal de 2014, a obra do coletivo boliviano Mujeres Creando, que consiste numa instalação intitulada “Espaço para Abortar”, acabou classificada pelo comitê da organização do evento como imprópria para o público menor de idade. Na ocasião, foi colocado um totem indicando que se tratava de uma obra para maiores de 18 anos. Nos seus canais oficiais de comunicação, as integrantes declararam que, “esta censura está disfarçada de um suposto argumento pedagógico que não existe, pois isso se trata de uma obra que foi criada justamente pensando num público massivo infantil e juvenil que visita a Bienal” (MUJERES CREANDO, 2014, apud ALBUQUERQUE, 2016, p.46).

Outros eventos ainda podem revelar episódios de censura na arte brasileira mais recente. Em 2017, a exposição “Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira” foi fechada de maneira repentina pelo Banco Santander, trinta dias antes da data prevista para sua finalização. A mostra fazia “uma incursão artística em questões relacionadas à expressão e à identidade de gênero, à diferença, e à diversidade (incluindo diversidade da forma artística) na arte brasileira” (FIDELIS, 2017, p.14). O encerramento ocorreu por causa das manifestações realizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e as obras foram retidas durante 30 dias (FIDELIS, 2017). No mesmo ano, no Museu Nacional de Brasília, um grupo de deputados inspecionou a mostra “Não Matarás”, sobre a ditadura militar, em busca de obras com conteúdo sexual, mas nada foi encontrado (FIDELIS, 2017).

Abordando questões ligadas à censura por parte da população, é possível citar o caso do mural “Híbrida Ancestral” da artista Crioula. A pintura foi realizada na fachada do edifício Chiquito Lopes, em Belo Horizonte, e está em vias de ser retirada em razão de uma ação judicial movida por um dos moradores do edifício, segundo matéria do site Notícia Preta (ROCHA, 2020). O Circuito Urbano de Arte de Belo Horizonte (Cura), responsável pelas pinturas nos prédios da capital mineira, disse que seguiu todos os procedimentos necessários e legais para a execução da pintura mural. Segundo trecho da entrevista divulgada pelo Notícia Negra, a artista alegou que a situação não a surpreendeu: “Quem é preto no Brasil tá infelizmente cansado de vivenciar várias questões relacionadas ao racismo, ignorância e preconceito. Meu sentimento é que to no caminho certo, tô incomodando quem tem que ficar incomodado mesmo para modificar as atitudes” (ROCHA, 2020).

Por último, um caso recente e com crítica similar ao que será abordado na seção seguinte, aconteceu em Porto Alegre. A notícia do site Revista Fórum apresenta o episódio de censura ocorrido no dia 11 de Novembro de 2020, cuja obra “Enquadro”, do artista plástico Santiago Pooter, foi retirada da exposição “Insurgentes”, como parte do Prêmio Aliança Francesa de Arte Contemporânea de Porto Alegre (Aliança Francesa de Porto Alegre - Afpoa). A obra é composta pela fotografia de um Boletim de Ocorrência (B.O) junto com duas definições de dicionário impressas, referentes às palavras enquadro e enquadrar. Nas redes sociais, o artista plástico Santiago Pooter alega que seu trabalho “foi silenciado” e que não contou com o devido suporte das instituições

envolvidas. Santiago explica a obra como o desdobramento de um compilado de suas vivências. “Fala de mim, sobre a sociedade, sobre ideias e implicações onde minha produção opera, neste caso entre a poética e o crime” (HAILER, 2020, on-line). O artista reiterou, ainda, que o B.O. presente na obra foi realizado em 2019, em razão de uma denúncia ocorrida durante intervenção artística de rua, quando o mesmo foi encaminhado para a Delegacia Civil de Porto Alegre. Segundo o site da Revista Fórum, a remoção da obra foi justificada pelo desrespeito à Lei de Proteção de Dados, uma vez que as informações de um dos policiais envolvidos estavam visíveis no boletim.

“A cidade é NOSSA”: censura e autoritarismo em Franca

“A cidade é nossa” foi o nome dado a uma exposição realizada na Casa da Cultura e do Artista Francano “Abdias do Nascimento” em Franca, no interior de São Paulo. A mostra, como relatado na introdução deste artigo, foi interrompida abruptamente, caracterizando um episódio triste na história da cultura francana. Recapitulando os momentos que antecederam a exposição, é pertinente mencionar que, antes mesmo que a exposição fosse lançada, durante o processo de curadoria das obras foi alertado que uma delas poderia causar problemas na cidade. Segundo o estagiário da Casa da Cultural, que também é artista visual e pesquisador no campo dos museus e exercia o cargo de chefe do setor há quase 2 anos, Franca é uma cidade “fechada” no que tange ao universo das artes. O alerta a respeito da possível polêmica, bem como os resultados conhecidos e que sucederam a exposição, afirmam o contexto cultural da cidade caracterizado pelo estagiário como tradicionalista e elitista. Desta maneira, torna-se importante relatar tais acontecimentos, abrindo espaço para uma discussão a respeito do papel de ativismo político contido na arte (RANCIÈRE, 2009) e gerando visibilidade ao fato ocorrido, por meio desta comunicação acadêmica.

Retomando os fatos, no dia 9 de Novembro, o estagiário recebeu um telefonema do Secretário da Cultura no período da manhã, requisitando a ele que comparecesse na Casa da Cultura imediatamente, visto que, havia vereadores e policiais exaltados por causa das obras que ali estavam sendo expostas e que, inclusive, pretendiam retirá-las. Ao chegar no local, o estagiário encontrou o espaço cultural ocupado por vereadores, policiais e profissionais da mídia. As obras foram retiradas sem a apresentação de

mandado judicial e encaminhadas diretamente para a delegacia, juntamente com os artistas e o estagiário.

Figuras 1 e 2: Momento em que vereadores e policiais chegam na Casa da Cultura e retiram as obras.



Fonte: Arquivo Pessoal do Estagiário.

Na Delegacia, foi registrado um Boletim de Ocorrência, no qual o estagiário e os artistas foram indiciados pelo crime de incitação ao crime (art. 286 do Código Penal). Segundo o estagiário, o delegado presente na ocasião olhou as obras e alegou que, do ponto de vista dele, “não tinha nada ali”. As seis obras apreendidas pelos policiais (Figura 5 à Figura 14) foram encaminhadas para um processo de perícia em São Paulo. Três dessas obras - a do para-brisa de veículo com perfurações simulando tiros de arma de fogo; a imagem preta e branca caracterizada por uma viatura policial e um muro pichado; e a colagem de papel com os dizeres “Campanha doe livro para um PM” - foram explicadas pelo próprio artista, em entrevista concedida em Outubro de 2020, e expõem críticas sociais, atreladas aos acontecimentos do país e, portanto, cabíveis de questionamentos por parte dos artistas e da população em geral.

Figura 3: Comentário nas redes sociais

Fonte: Arquivo Pessoal do Estagiário.

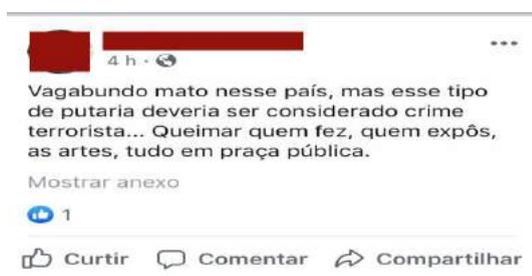


Figura 4: Notícia sobre o episódio

Fonte: Sites G1 e Franca Notícias



Nas redes sociais, os envolvidos receberam uma série de comentários pejorativos, a exemplo do exposto na Figura 3 e várias reportagens de mídia abordaram o episódio com manchetes afirmativas de que houve apologia ou incitação ao crime. Ressaltamos aqui a matéria publicada pela plataforma G1, que noticiou o fato como “suposta” apologia ao crime.

Figura 5: Foto da peça conforme foi recebida pela perícia



Fonte: Laudo Pericial.

Figura 6: Foto da obra no laudo pericial. **Figura 7:** Foto da obra no laudo pericial.



Fonte: Laudo Pericial.



Fonte: Laudo Pericial.

Tal como sugerido nas imagens seguintes, em todas as obras, o foco principal dos artistas foi incentivar a reflexão e o pensamento crítico sobre a função da polícia no Brasil, como essa função tem sido exercida e a experiência e ponto de vista do grupo a

respeito dessa vivência com as equipes de segurança pública. Dessa forma, é possível afirmar que não houve a intenção de incitar o crime de uma forma geral ou direcionada para a polícia.

Além das 3 obras apresentadas anteriormente, outras 3 foram apreendidas: um livro com a ilustração símbolo da “Constituição da República Federativa do Brasil”, a bandeira do estado de São Paulo com pixos na cor preta e, por último, um quadro com arte realista de uma viatura policial em chamas. Sobre esse último, foi alegado que sua exibição motivaria o público a incendiar viaturas policiais. É importante ressaltar que a imagem da viatura remete a uma foto real de uma matéria jornalística já publicada anteriormente, e retrata uma manifestação ocorrida em São Roque contra a utilização de animais pelo Instituto Royal (EQUIPE ONLINE, 2013).

Figura 8: Foto da obra no laudo pericial.



Fonte: Laudo Pericial.

Figura 9: Foto da obra no laudo pericial.



Fonte: Laudo Pericial.

Figura 10: Foto da obra no laudo pericial.



Fonte: Laudo Pericial.

Figura 11: Foto da matéria jornalística.



Fonte: Laudo Pericial.

Por fim, o parecer do Ministério Público foi favorável aos artistas e ao estagiário. No relatório é mencionada a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso IX, o mesmo já citado anteriormente nesse artigo, e que diz: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. O parecer investigativo sobre o ocorrido reforçou que “não se pode acalentar uma política de controle de voz e manifestações populares, cercando à liberdade de expressão do outro” e que “considerando que são livres e não passíveis de censura às manifestações culturais e artísticas no nosso país, evidente que houve patente ilegalidade na instauração da persecução penal”. Desta forma, houve o trancamento do termo circunstanciado por falta de justa causa material e foi indicado que as obras fossem devolvidas aos respectivos autores. As obras já retornaram para os artistas, não foi feito, ainda, uma nova exposição e não houve nenhum tipo de retratação por parte da prefeitura.

Conclusão

Através de todo o percurso histórico que foi feito, é possível compreender como alguns assuntos ainda são polêmicos para a sociedade brasileira e passíveis de abruptas manifestações e críticas, que, ao invés de abrirem espaços para discussões livres e saudáveis, geram consequências autoritárias que atacam a autonomia da arte. Essa reação à ação criativa e crítica da arte vem tanto das instituições como de setores da sociedade brasileira. Nesses episódios, a obra artística provoca hábitos e verdades confortáveis que estão internalizadas no *modus operandi* de nosso país, e de outras nações do mundo.. Afinal, como escreve a filósofa Márcia Tiburi “manipulando elementos morais na intenção de capturar as mentalidades, grupos conseguiram afastar pessoas das análises estéticas que favoreciam a experiência com a arte” (TIBURI, 2017b, p.31). A liberdade de expressão visa, justamente, a possibilidade de cada um poder expressar suas ideias ou críticas, de acordo com suas experiências e realidades, assim como, é permitido também, a cada um, optar por estar de acordo ou não com determinadas críticas, mas nunca barrá-las de acontecerem.

O episódio de censura ocorrido na cidade de Franca, bem como os outros apresentados ao longo deste artigo, não podem ser esquecidos e devem ser debatidos.

Não pretendemos defender todos os questionamentos feitos pelas obras da exposição “A cidade é nossa”, ou que foram interpretados a partir delas, mas propor uma reflexão pessoal a respeito das barreiras mentais que cercam a sociedade, sugerindo-nos dilemas diários de reflexão e resistência. As artes são instrumentos essenciais para nosso desenvolvimento e crescimento social, moral, urbano, econômico e político, pois, justamente, incentivam discussões pertinentes sobre o nosso passado e presente. Muitas vezes as obras de arte “abalam o nosso conforto mental, o nosso sistema de crenças, o que é dado e tomado como certo e verdadeiro” (TIBURI, 2017b, p.30) e possuem como valor “a quebra intencional das leis da probabilidade que regem o discurso comum, pondo em crise os seus pressupostos, no instante mesmo em que os usa para deformá-lo (ECO, 1991, p.63). A exposição em questão retratou uma face da polícia, polêmica e dura. Há outras faces, inclusive a retratada na ocorrência e inquérito citado, sobre as estatísticas da grande quantidade de policiais mortos fora de suas ações de trabalho. Mas uma não anula a outra, portanto a discussão proposta pelos artistas é válida e, mais do que isso, essencial. Ademais, sobre as reações diversas que as obras podem causar na população, seja de admiração ou repúdio, fazem parte da crítica que às pertence e não devem ser censuradas por isso. Sendo assim, considera-se que a arte aqui discutida transcendeu o seu papel “decorativo” e provocou a realidade, movimentou discussões (pelo menos de quem teve acesso ao acontecimento) e colocou em pauta pontos de vistas diferentes, de grupos que vivem em uma mesma cidade, mas em realidades opostas.

Ademais, chama a atenção que, o nome dado à Casa da Cultura e do Artista Francano, é uma homenagem ao artista e ativista Abdias do Nascimento, figura importante na luta contra a discriminação racial e pela valorização da cultura negra. Ou seja, o francano que dedicou grande parte de sua vida política e social à uma causa que defendia um grupo da sociedade muitas vezes esquecido e marginalizado. É incoerente a mesma instituição, que homenageia tal figura, permitir uma situação de censura à obras que expressavam a visão de um grupo periférico, praticante de uma arte ainda muito marginalizada e que busca ganhar espaço no cenário cultural. Tanto a cultura negra, defendida por Abdias do Nascimento, quanto a arte urbana, presente nas obras da exposição, precisam ser inseridas no cotidiano, na cidade e em diversos eventos

culturais, para que, assim, as pessoas possam compreendê-las como culturas válidas e repletas de intenções estéticas e críticas pertinentes. Não se pode permitir que o autoritarismo prevaleça sobre a livre expressão artística, pois, isso seria o mesmo que regredir no tempo e estagnar reflexões. Contrassensos como este talvez possam nos ajudar a entender, por exemplo, o fato de Franca ser também a cidade natal da atriz e ex-secretária especial da cultura do atual governo federal, mas isso já é história para outro artigo...

Referências

ALBUQUERQUE, Fellipe Eloy Teixeira. CENSURA E TRANSGRESSÃO NA ARTE CONTEMPOR NEA. Palíndromo, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 42-57, jan/jun 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.5965/2175234608152016042>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/download/7032/6312/28532>. Acesso em: 2 maio 2021.

ARTISTA turca retira-se da Bienal e faz acusação de censura. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u22333.shtm>>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Termo de conclusão nº (1000881-56.2020.8.26.0196). Recorrente: MM. JUIZ DE DIREITO "EX OFFICIO". Recorridos: BRUNO FERREIRA DA SILVA e MURILO HENRIQUE COSTA PEREIRA. Foro de Franca - 3ª Vara Criminal. Fls. 112. 2020.

DUARTE, Rodrigo. Arte, ódio e ressentimento. CULT, São Paulo, n. 230, p. 25-26, dez. 2017.

ECO, Umberto. *Obra Aberta*. 8ª edição. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FERRAZ, Tatiana Sampaio. In-between: imbricações entre arte, cidade e instituição na obra vazadores de Rubens Mano. *Arte e Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, vol. 26, n. 39, p. 225-249, jan./jun. 2020. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n39.16>. Disponível em:<<http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>> . Acesso em: 23 dez. 2021.

FIDELIS, Gaudêncio. Não à Censura. CULT, São Paulo, n. 230, p. 14-19, dez. 2017.

HAILER, Marcelo. Enquadro: Obra de arte que denunciava violência policial é censurada em Porto Alegre. *Revista Fórum*, 2020. Disponível em:

<<https://revistaforum.com.br/noticias/enquadro-obra-de-arte-que-denunciava-violencia-policial-e-censurada-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 23 de dez. de 2020.

HERKENHOFF, Paulo. Bienal age de modo cínico e intolerante ao lavar as mãos. Folha de São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1512200818.htm>>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

MANIFESTANTES incendeiam carros da TV Tem e viatura da PM. Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba e Região, p. 1-4, 19 out. 2013. Disponível em: <<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/509907/manifestantes-incendeiam-carros-da-tv-tem-e-viatura-da-pm>>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

MATTOS, Claudia Valladão de. Livre expressão e democracia. CULT, São Paulo, n.230, p. 20-22, dez. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROCHA, Igor. Mural que exalta mulher negra é alvo de ação judicial em BH. Notícia Preta, 2020. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/mural-que-exalta-mulher-negra-e-alvo-de-acao-judicial-em-bh/>>. Acesso em: 23 de dez. de 2020.

TELAS com suposta apologia ao crime contra a PM são retiradas de exposição em Franca, SP. G1, Ribeirão Preto e Franca, 8 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/11/08/telas-em-exposicao-com-suposta-apologia-ao-crime-contra-a-pm-sao-apreendidas-em-franca-sp.ghtml>>. Acesso em: 23 de dez. de 2020.

TIBURI, Marcia. Arte e Autoritarismo. CULT, São Paulo, n. 230, p. 12-13, dez. 2017a.

TIBURI, Marcia. A negação de todos os poderes. CULT, São Paulo, n. 230, p. 28-31, dez. 2017b.

TOMAZ, Kleber. Após invasão em 2008, pichadores são convidados a voltar à Bienal. G1, São Paulo, 15 de ago. de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/09/apos-invasao-em-2008-pichadores-sao-convidados-voltar-bienal.html>>. Acesso em: 23 de dez. de 2020.

VEREADORES apreendem material de apologia ao crime na Casa da Cultura de Franca. Franca Notícias, Franca, 8 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://francanoticia.om.br/noticia.php?codigo=2804>>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.